

A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista¹

Identification of Adversary, Antagonist Feelings and Political (In)Efficacy in the acquisition of political participation consciousness: the case of São Paulo MST (Movement of Landless Workers)

Alessandro Soares da Silva*

Pesquisador Visitante nos Departamentos de Psicologia Social e Sociologia III da Universidade Complutense de Madrid – Espanha. Pesquisador da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH -USP)

[Endereço para correspondência.](#)

RESUMO

No presente artigo, pretendemos observar como a Identificação de Adversário, de Interesses Antagônicos e de Eficácia e Ineficácia política atuam como dimensões de um processo mais amplo de conscientização política, ou seja, de como estas questões podem determinar a participação ou não em um movimento social ou em uma ação coletiva. Como base empírica de sustentação deste trabalho, utilizamos os dados obtidos em 2001 junto às famílias de trabalhadoras e aos trabalhadores rurais sem terra acampados no Pontal do Paranapanema, São Paulo.

Palavras-chave: Consciência política, Eficácia política, Psicologia dos movimentos sociais, Movimentos sociais agrários, Ações coletivas.

ABSTRACT

This paper analyses how the identification of adversaries, of antagonist interests, and of political efficacy and inefficacy acts as dimensions of a wider process of political conscientiousness, arguing how these questions can determine the participation or not-participation in social movements or in

collective actions. Data obtained in 2001 with rural landless workers camped at Pontal do Paranapanema, São Paulo State, were used as empirical basis for this work.

Keywords: Political conscientiousness, Political efficacy, Psychology of social movements, Agrarian social movements, Collective actions.

Desde algum tempo, partindo das proposições de Salvador A. M. Sandoval² (1989, 1994, 2001), temos investigado e analisado os fatores psicopolíticos da participação e conscientização (SILVA, 2001, 2002a, 2003). Em sua trajetória acadêmica, Sandoval preocupou-se com o fenômeno das ações coletivas desde a perspectiva da Psicologia Política e da Psicologia dos Movimentos Sociais, produzindo um modelo de análise da consciência política (2001). Sandoval constrói seu modelo analítico influenciado por Charles Tilly (1978) e Allan Touraine (1966).

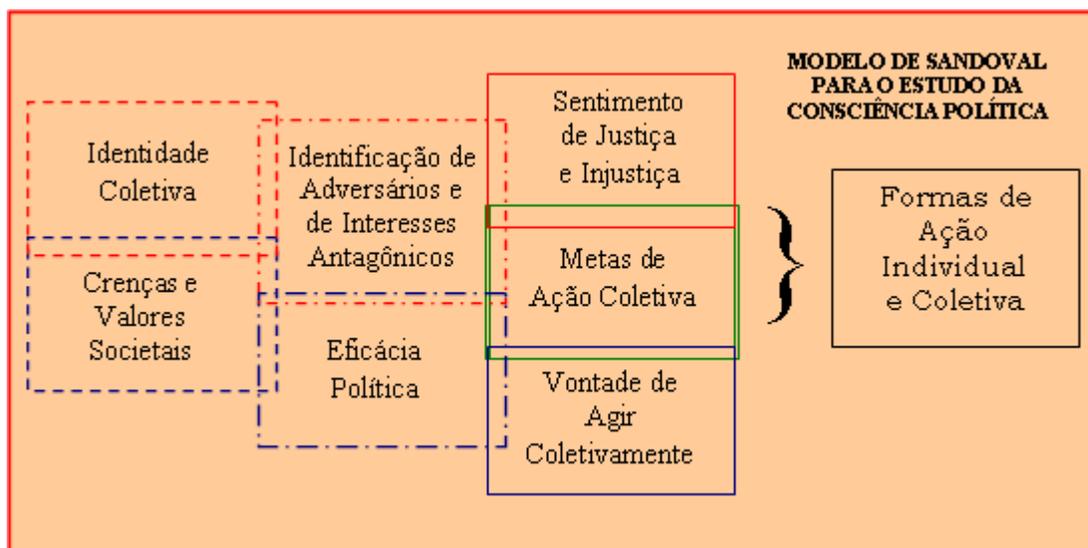
A partir da análise do esquema de consciência operária proposto por Touraine (1966), Sandoval (1994) inicia a construção de sua proposição. Para ele, o esquema de Touraine constituía-se, na ocasião, "[...] na proposta mais coerente do ponto de vista teórico e a mais viável operacionalmente para o estudo empírico da consciência" (SANDOVAL, 1994, p.66). Ainda segundo o autor, a grande preocupação de Touraine na ocasião era "[...] chegar a uma definição possível que não fosse nem divorciada da realidade da sociedade de classes [...] nem tampouco inferida apenas de ações coletiva" (SANDOVAL, 1994, p.67). Touraine (1966) propõe em seu esquema três dimensões básicas da consciência operária: Identidade, Oposição e Totalidade. Sandoval reconhece que a classificação elaborada pelo francês aprecia a ampla literatura sobre o tema ao englobar os aspectos fundamentais da consciência nela indicados. Contudo, a crítica que Salvador Sandoval reserva ao esquema da consciência operária proposto por Touraine reside no fato de o autor ignorar

[...] a percepção que o indivíduo tem de sua capacidade de intervenção para alcançar seus interesses, um fator estreitamente associado ao conceito de consciência no sentido voluntarista, e certamente implícito nas explicações causais da ação coletiva. [...] Essa dimensão (...) representa o componente de conduta da consciência, no sentido de focalizar o rapport dos indivíduos com formas de ação sancionadas pelo mesmo na defesa de seus interesses (SANDOVAL, 1994, p.67-68).

Assim, parece-nos importante analisar como os interesses de indivíduos e grupos operam no processo decisório dos sujeitos em relação a participarem ou não de fenômenos coletivos. Nesse sentido, entendemos que o modelo analítico da consciência política proposto por Sandoval "[...] refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político" (SILVA, 2001, p. 82).

Para Sandoval, a consciência política é formada por aspectos identitários, pela cultura construída socialmente e expressa na sociedade, por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito. Essas dimensões, como chama o autor do modelo, são aspectos que informam a consciência política de sujeitos individuais e coletivos. Através deste esquema, Sandoval oferece-nos um modelo conceitual de consciência política entendida como um "[...] processo contínuo de elaboração de visões de mundo em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos" (SANDOVAL, 1999).

Como já tivemos a ocasião de apontar (SILVA, 2001, 2005), do ponto de vista estrutural do processo que é a consciência política, há aspectos que a informam, que lhe dão materialidade. Esses aspectos estão divididos em sete dimensões psicossociológicas que se articulam de forma dinâmica e não linear, possibilitando relações dialéticas entre as diversas categorias. Tais dimensões são: identidade coletiva; crenças e valores sociais; sentimentos de interesses coletivos e identificação de adversários; sentimentos de eficácia e de ineficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e, por fim, metas e propostas de ação coletiva³. Abaixo segue o quadro orientador do modelo analítico de estudo da consciência política:



Neste trabalho, buscamos aprofundar um pouco mais as investigações que realizamos até aqui. Assim, nossos esforços centraram-se no estudo acerca de duas das sete dimensões que compõem o modelo analítico de estudos da consciência política, já analisado em obras anteriores de maneira global (SILVA, 2001; 2002a). Aqui desejamos discutir de que modo as dimensões que compõem o modelo contribuem para a construção de uma consciência política que possibilita a participação em fenômenos coletivos. Ao fazê-lo, não estamos fragmentando o modelo, pois este não é uma estrutura hermética e que funciona de maneira a depender de todas as categorias internas. As categorias são elementos que estão presentes de maneiras diversas e produzem distintas configurações da consciência política, visto que se encontram deslindadas de diferentes formas em cada sujeito e/ou grupo. Para tanto, no presente artigo enfatizaremos os papéis das dimensões Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários e Sentimentos de Eficácia e Ineficácia Política. Analisaremos aspectos teórico-práticos relativos aos processos mobilizatórios vinculados a estas dimensões componentes deste marco analítico e que se encontram presentes nas dinâmicas vividas no interior do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST. Nessa mesma linha de raciocínio já nos debruçamos sobre as dimensões Sentimentos de Justiça e Injustiça e Vontade de Agir Coletivamente (SILVA, 2005).

O estudo, no que diz respeito aos aspectos metodológicos, é resultado da análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas com sujeitos acampados na região do Pontal do Paranapanema, Município de Porto Euclides da Cunha, no estado de São Paulo. Na ocasião, entrevistamos 25 pessoas e de duas maneiras diferentes. Primeiro realizávamos entrevistas semi-abertas com o grupo familiar e depois com cada membro do grupo de forma individual. Assim, obtivemos um total de 25 entrevistas individuais e de 06 entrevistas coletivas. Estes dois grupos de entrevistas foram cruzados entre si, no intuito de encontrarmos paradoxos discursivos que clarificassem os processos individuais e coletivos presentes na construção do que seja a consciência política⁴. Vale dizer ainda que este material foi colhido entre janeiro e março de 2001 no que se chamou

acampamento Carlos Maringhella e que reunia apenas sujeitos que ainda não haviam obtido acesso à terra no processo de reforma agrária⁵.

Sem cairmos em enquadramentos dos discursos dos/das entrevistados/as segundo o desejo deste pesquisador, procuramos aqui entender como a relação entre pressupostos teóricos e realidade concreta da vida cotidiana, com o fim de repensar, dentre outros aspectos, a experiência dos sujeitos e do pesquisador e a própria validade dos pressupostos aqui adotados. Analisar estas dimensões é entender não apenas os discursos dos sujeitos, mas também a própria teoria em sua potência e limitações.

Deslindando espaços de antagonismos e de processos identificatórios

Parece-nos oportuno clarificar o que entendemos por Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários, uma das categorias analíticas que utilizaremos neste texto. Compreendemos que Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários compõem a dimensão que se refere aos sentimentos do indivíduo em relação aos seus interesses simbólicos e materiais, em oposição aos interesses de outros grupos. Pensar em interesses antagônicos nos leva a questionar até que ponto tais interesses antagônicos conduzem à concepção de adversários coletivos na sociedade e, neste caso, na realidade social de movimentos sociais como o MST.

Para Sandoval (2001), a identificação desses interesses antagônicos e de adversários ocupa um importante lugar no estudo da consciência política apoiada na ação coletiva. Sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agir e a coordenar ações contra um objetivo específico, seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição. Nessa linha de raciocínio, identificamos a influência de Henri Tajfel (1982, 1983) sobre o pensamento de Salvador Sandoval (1994, 2001), que propõe como requisito à mobilização do grupo: a identificação dos interesses comuns ao próprio grupo; de interesses contrários à manutenção desse grupo e a identificação de outros grupos que tenham por interesses questões que se antagonizam aos interesses do grupo em questão. Dessa maneira, é definida a relação meu grupo de pertença e grupo dos outros⁶.

O estabelecimento dessa dimensão pressupõe o rompimento com a rotina cotidiana e a introdução da racionalidade frente às práticas diárias. Nesse sentido, podemos dizer que as opções sociais, o estabelecimento de grupos de pertencimento e de adversários e a construção dos próprios movimentos sociais “[...] estão profundamente arraigados na interação cotidiana. A mudança, o conflito e os novos valores são aspectos permanentes nas sociedades humanas” (GUSFIELD, 1994, p. 105). Portanto, como ressalta Sandoval, “[...] esferas não problemáticas de realidade rotineira que podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não-explicáveis” (SANDOVAL, 1994, p. 63), o que nos permite pensar que, qualquer que seja a análise da consciência política e dos processos de participação em ações coletivas e movimentos sociais, deve-se considerar sempre o parâmetro de reflexividade e de escolha vividas tanto pelos indivíduos particulares quanto pelos sujeitos coletivos. Assim, retomamos uma questão importante já indicada por Joseph Gusfield:

O reconhecimento de que o que está em questão são normas e significados socialmente compartilhados constitui em si um passo no desenvolvimento dos processos de mudança social. A partir deste ponto de vista, os movimentos sociais têm caráter reflexivo: são algo sobre o que os membros de uma sociedade reflexionam e têm conhecimento. Ao prestar atenção aos movimentos, os membros de uma sociedade reconhecem que há uma controvérsia sobre normas sociais. [...] Em certo sentido, um movimento social existe quando alguns membros da sociedade compartilham a idéia de que o sentido de determinadas normas sociais não podem dar-se por suposto (GUSFIELD, 1994, p. 106).

Dessa maneira, as proposições de Sandoval (1994), Gusfield (1994) e de Agnes Heller (1998)⁷ nos conduzem a pensar que a segmentação do cotidiano e o comodismo utilitarista e pragmático próprios da construção social da realidade geral da sociedade é substituído, dentro de um movimento social, por um estado de permanente flexibilidade em função dos perigos que os interesses antagônicos e os adversários representam. Nessa dimensão, os pensamentos utilitarista e superficial, bem como o comodismo, podem trazer efeitos nefastos ao indivíduo e a seus grupos de pertencimento. Portanto, os movimentos sociais acabam, externamente, por atuar como dinamizadores sociais, que alimentam um olhar crítico que lhe conduz à discussão de suas próprias contradições e cristalizações advindas do cotidiano e, internamente, estar em permanente estado de alerta reflexivo e de negociação de interesses conflitantes em seu interior.

A dimensão da consciência política referente aos Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários nos remete também ao esquema de Alain Touraine (1966) no qual encontramos três dimensões-chave, a saber: Identificação, totalidade e oposição. As dimensões da oposição, proposta por Touraine, e da identificação de adversários e de interesses antagônicos, proposta por Sandoval, são similares no que diz respeito a focalizar a percepção que o sujeito tem da classe a que pertence e das outras classes que pertencem outros que não ele próprio, e da relação que estas estabelecem com a sua própria classe. Nesse sentido, a percepção que o sujeito tem das classes dominantes é de especial importância. Segundo Sandoval, a ênfase dessa dimensão está no “[...] caráter antagonístico das relações de classe [na medida em que esses são conflitos de interesse] e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos” (SANDOVAL, 1994, p. 67).

Portanto, partindo da conceituação desta dimensão, observamos que o ato de identificar adversários nem sempre é algo fácil ou até mesmo possível. Pudemos observá-lo, como já apontamos, nos discursos de 6 famílias acampadas no Carlos Mariguela⁸, no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, as quais individualmente perfaziam uma amostragem de 25 sujeitos que contribuíram em nossas entrevistas qualitativas realizadas em grupo e individualmente. Observando nossas notas de campo e os conteúdos das entrevistas, notamos que alguns sujeitos se mostravam capazes de perceber os seus reais adversários e outros o faziam apenas ao reproduzir um discurso, mas em verdade não os tinham tão distintos assim. Lembramos que os nomes aqui usados para identificar aos entrevistados são fictícios, estando, assim, preservada a sua privacidade.

De modo geral, os grandes adversários (e para eles muitas vezes inimigos, pois se antagonizavam, punham-se em pólos opostos, e irreconciliáveis do conflito) identificados pelos sem-terra acampados no Carlos Mariguela foram os latifundiários e a polícia. Estes dois são nominados com mais frequência por serem os adversários mais visíveis no processo de conflito. Os latifundiários são identificados como adversários por serem aqueles que detêm as terras pelas quais estão lutando e a polícia por atuar como um real impeditivo da concretização da luta e, portanto, para eles, da justiça. Todavia esta não costuma ser vinculada como um aparato a serviço do Estado e do governo e sim como aliadas dos latifundiários e do grande capital. Já a posição deles acerca do governo, do Estado, é ambígua. Ora o governo é aquele ente poderoso capaz de livrá-los da situação de marginalidade a que estão submetidos socialmente e da qual querem ver-se livres, ora é um dos reais responsáveis por estarem nesse lugar de marginalidade e, portanto, adversário.

Márcia, 26 anos, evangélica da Congregação Cristã do Brasil, casada, líder de grupo e coordenadora do setor de saúde do acampamento, é uma das que vê no governo aquele que pode agir como um salvador, como aquele que “[...] pode fazer justiça, basta ele querer” voltar seu olhar misericordioso para libertá-la. Essa situação pode ser observada quando ela diz que “[...] isso também vai muito do governo. Ele tinha que ver essas terras, os que não são donos, esses documentos. Eu acho que existe mesmo no caso dessas terras devolutas. Na Bíblia têm, né, as terras devolutas”. Contudo, no seu entender o governo parece não querer ser um sinal de justiça porque a “política do governo” não promove a justiça, porque o governo “não cumpre com o que

eles promete”. Para ela, a resolução das desigualdades sociais é dever do Estado, “Isso aí já é a parte deles”. Parece-nos que a contradição presente na fala de Márcia fica clara. O governo que pode ser redentor de sua miséria, não volve seu olhar misericordioso para “a classe mais pobre”. Assim, “a maior parte da culpa” das injustiças e conflitos agrários é do mesmo governo que pode salvá-los e não o faz. Segundo Márcia “[...] a maioria [da culpa] é o governo porque as coisas que andam acontecendo tudo é por causa deles, que não liga para assentar a classe mais pobre”.

Importa observarmos que Márcia não dá conta de notar claramente os conflitos de classes, os interesses antagônicos existentes entre as demandas dos sem terra e as ações do governo, pois o governo, em seu caso particular, pode funcionar como um fio tênue que lhe garantiria não estar em outra contradição: a religiosa. Assim, a figura do governo libertador lhe vem bem a calhar e possibilitar-lhe manter-se no movimento e lutar pela terra sem ter que identificar à religião como um possível adversário pessoal que lhe impediria de manter-se associada a este movimento. Encontrar uma motivação que não apenas a política lhe é importante para poder minorar suas próprias contradições: “Na Bíblia têm, né, as terras devolutas”.

Neste mesmo trecho anterior da fala de Márcia, os latifundiários são reconhecidos como usurpadores, falsários que forjam injustamente seus títulos de propriedade. São donos de algo que não lhes pertence. E ela completa e corrobora a sua crítica e a identificação dos latigrileiros como adversários que tem interesses antagônicos aos seus, ainda que de modo obscurecido por suas crenças e valores sociais⁹, quando ela diz que:

Essas terras que não são dos fazendeiros. Elas foram griladas bem antes. Aí eles ficam com um monte de terras para trabalhar sozinhos. Que nem fazendeiro com cinco mil, e fica tudo sozinho trabalhando ali, é tudo dele. A pessoa sozinha não faz nada, não tem serviço para ninguém enquanto tem um monte de pessoas que precisam de trabalho, precisam de [...] tá tudo sem serviço. Precisa de alguma coisa, de uma roça, de um motorzinho, né.

Márcia expressa o antagonismo existente entre os interesses dos acampados e os dos grileiros ao reivindicar o direito ao trabalho, ao denunciar a injustiça e a imoralidade dessa situação. Ela se posiciona em relação ao grupo do outro e aos interesses desse grupo e deslinda as fronteiras entre ambos ao afirmar que: “A pessoa sozinha não faz nada, não tem serviço para ninguém enquanto tem um monte de pessoas que precisam de trabalho, precisam de [...] tá tudo sem serviço. Precisa de alguma coisa, de uma roça, de um motorzinho, né”. Todavia, isso não a torna capaz de incorporar o valor da resistência. Ela ainda gosta e quer ver as coisas ‘certinhas’. Assim, a identificação de adversários e de interesses antagônicos parece estar presa ao universo do discurso, estando, então, distante de seu universo atitudes de resistência como àquelas narradas por Rosane¹⁰ durante um dos vários confrontos com a polícia, vividos por ela e sua família, e que analisaremos a seguir.

No que se refere à dimensão que ora analisamos, podemos dizer que a violência policial é um dado importante na conformação do imaginário das pessoas acerca da polícia. A experiência de ser vitimado (a) pela ação policial¹¹ é um fator decisivo na hora de reconhecê-los como adversários ou inimigos. No contexto agrário, na maioria das vezes, a polícia se traveste de defensora da lei e da ordem e acaba defendendo os interesses dos ‘donos da lei’, dos latigrileiros. A polícia, braço do Estado, é a imagem da ambigüidade de um Estado que, apesar de dizer-se empenhado na transformação social¹², oprime aqueles de quem se diz protetor, revelando-se protetor de interesses não sociais, mas eminentemente econômicos. O uso da força policial é o retrato da defesa que o Estado faz das oligarquias agrárias ‘donas da lei e da ordem’. Assim, o governo civil se esconde por detrás do manto democrático para estabelecer uma política autocrática, uma ditadura branca, mediante a qual ele se torna o novo algoz das torturas. Paraguai¹³ testemunha que fora “muito torturado” durante as ações da polícia nas ocupações. E quando não era a polícia, eram os seguranças privados – a milícia armada dos grileiros, seus pistoleiros pessoais – que o faziam, já que eram detentores de um poder quase policial.

Rosane relata a ação da polícia durante uma ocupação no Paraná. Ela beira ao terrorismo. A pressão emocional a que a polícia submete os acampados é incrivelmente cruel. Ninguém é poupado, nem mesmo as crianças. A expectativa de que a morte pode chegar a qualquer hora, ronda a todos. Mas a necessidade de sobreviver, a ausência de alternativa faz com que eles perseverem e lutem, que eles enfrentem de peito aberto seus algozes. No trecho que segue, Rosane nos relata um pouco das angústias por ela vivida ao ver a si e a sua família em perigo:

Daí depois fumo, fiquemo dois meis. Daí depois fumo pra Querência [fazenda] a ocupemo a fazenda lá, né. Sei que foi muito difícil. Daí nossas coisa fico tudo pra traz, com o caminhão. Daí quando o caminhão foi, a polícia prendeu o caminhão, né. Com as nossas coisa, as roupa, as coisinha, o pouquinho que a gente tem, né, ficou tudo pra traz. Cheguelo só com a ropa lá do corpo e a brusinha de frio, era muito frio naquele tempo, né. Daí nós cheguemo e fiquemo num quartinho assim, lá na fazenda, né. E as polícia tudo veio pra cima de nós né. E daí nós falemo "Não, aqui nós vamo ficá. Vocês pode saí." Falemo pras polícia. Daí fiquemo lá. Sei que aquele.. fiquemo treze dia sem nada, né, passando frio, [Sabino junta e diz "comida"], ichi, passando fome, né, cas criança. Essa aqui nem dormia de noite de frio que passo, porque não tinha nada e daí eu tirei um brusa que eu tinha e ponhei pra ela dormi, né. Dormiu no meu braço. Porque não tinha como né, no piso assim...[Se refere a Verônica, a mesma doentinha de antes e a quarta filha do casal]. [...] É. E sei que a Mônica falava assim: "Mãe, vamo embora mãe, chama o pai e vamo embora que a polícia vai matá nois mãe! Vamo." [Sabino: Hum!] A polícia vinha pra cima com o carro, com o camburão pra cima de nois na chegada da fazenda; gritava "mãe vamo pra casa. Vamo embora que a polícia vai matá noi" Daí desespero naquela hora que ela viu que [...].

Nem mesmo ao ouvir a filha implorar para que fossem embora, eles pensaram em desistir, conta Rosane. Para ela a ação policial não poderia ser séria, "era uma brincadeira": "Pra mim naquela hora aquilo era uma brincadeira, né. Sei lá. Naquela hora aquilo era uma brincadeira! [...] Pra que era uma brincadeira da polícia. [...] Nem assim não desisti. Ainda fiquemo lá quatro meses acampado. Depois que fumo retirado". Parece-nos que as intervenções da polícia são constantemente eivadas de 'brincadeiras', de extremo mau gosto', das quais nem crianças indefesas encontram-se a salvo. Os traumas psicológicos resultantes das 'brincadeiras' da polícia que marcaram as crianças de Rosane e Paraguai também são compartilhados pelas crianças de Liciel e Edir¹⁴ que estiveram juntas em algumas ocupações onde a polícia 'atuou como comediante' e lacraia das oligarquias rurais.

Outra configuração da consciência política pode ser percebida no caso da família de Tereza e Osmar¹⁵. Ao observarmos as entrevistas feitas com os membros desta família, constatamos que a consciência política desenvolvida por eles já assume um nível de complexidade que vai para além do senso comum¹⁶. Contudo, está muito aquém do que podemos chamar de consciência revolucionária (SANDOVAL, 1994). Eles ainda estão vinculados de modo significativo ao cotidiano e, por isso, têm dificuldade em reconhecer os seus reais adversários. Os adversários que reconhecem são aqueles que emergem da rotina do dia a dia. Exemplo disso é a fala de Osmar que, como já registramos, demonstra a dificuldade para identificar seus adversários. Para ele, o 'adversário' está distante da vida da família, pois "[...] o único risco que corre é algum carro cai lá de cima em cima da gente [referindo-se à estrada, pois seu barraco ficava abaixo do nível da estrada]".

Não encontramos nas falas dessa família quaisquer indícios de que compreendam o que seja a luta de classe. Da mesma forma, também não encontramos indícios de que os membros desta família se compreendam enquanto integrantes de uma classe que possui adversários que se distanciam deles, tanto pelo poder quanto pelos ideais político-ideológicos que subsidiam suas práticas. O que encontramos são sinais de reconhecimento de suas privações e de outros que passam por situações semelhantes. Tanto suas privações quanto a dos outros membros do grupo acabam sendo compreendidas à luz da lógica de causas e efeitos de cunho transcendental. O que nos parece evidente é a existência de um fechamento dessa família em torno de si mesma, na tentativa de reconstruir-se, de deixar para trás as dificuldades da cidade e construir um novo

mundo para eles. Para Osmar, tudo o que ele precisa está dentro de casa. Adversários, interesses antagônicos, coletivo, parecem permanecer à margem de seu universo, pois, para ele, a força familiar é suficiente para reerguer-se, vencer adversários. Coletivo, em primeiro plano, é o sinônimo de família. Segundo ele, "na minha família, nós somos em seis. Eu acho que tenho a força para [...] porque sozinho eu não ia conseguir nada. Agora eu não preciso mais da força de ninguém. Só de Deus e deles".

Curiosa é a posição de Barroso, esposo de Márcia, mecânico de profissão, nascido em 1974, e que não chegou a concluir a quarta série da educação básica. Apesar da força das crenças religiosas na vida de Barroso, bem como de sua esposa, e que muitas vezes obscurece sua visão crítica, ele assinala que muitos dos interesses que estão em jogo e em lados opostos do campo de luta são de caráter econômico. Os latifundiários buscam de todas as formas garantir vantagens durante o processo de negociação das terras a serem arrecadas e desapropriadas pelos diversos níveis do Estado. Em seu depoimento, Barroso diz que "existe muita coisa errada" no processo de negociação. Para ele, o governo não cumpre adequadamente seu papel e tende a atuar em benefício dos latigrileiros:

Por exemplo, penso eu assim, às vezes tem fazendeiro que tem uma terra negociada, as vezes ele não quer colocar, não tem lugar para o gado que ele tem, aí eu penso comigo que dentro das autoridades ali ele deve as vezes chega na pessoa, fala por exemplo, eu te dou tanto se você deixar minha fazenda pelo menos mais uns dois anos. Eu acho que as coisas giram em torno disso aí. [...] Precisava de ter mais autoridade, que é o que eu já falei para você. Para diminuir esses conflitos, uma parte das autoridades e outra parte do pessoal mais maior [...]. As autoridades, governo, jurídico, essas coisas.

Nesse sentido, Barroso aponta-nos como sendo adversários, como autores de violência, a classe política. O fato de estarem muitas vezes aliados àqueles que são os opressores, os que os mantêm à margem da dignidade e à margem da própria vida, faz com que os políticos e a política sejam vistos como adversários, algozes. Quando lhe perguntamos quem seria responsável pelas violências no campo, Barroso foi enfático respondendo que era "a própria política".

No mesmo caminho encontra-se Liciel, que vê na atuação um descaso para com os interesses dos sem terra e um comprometimento deste com os interesses dos fazendeiros. E ele indica a necessidade de se lutar sem esperar que o governo venha auxiliá-lo. O trabalho é o caminho para a superação das dificuldades. Os interesses do governo são antagônicos àqueles dos trabalhadores rurais sem terra. Nesse contexto, Liciel faz a seguinte colocação: "Aí eu falei pra mulher que o governo não trata. Pelo que eu tenho de vista, o governo não trata. A gente tem que lutar, aguardar, e trabalhar. Porque, se não trabalhar, não vive".

Um outro aspecto que ainda se faz digno de registro é a relação entre ênfase na coletividade e enfrentamento dos adversários. As estratégias que são reconhecidamente admitidas pelos acampados como sendo politicamente eficazes são de caráter coletivo e não individual. Desse modo, o enfrentamento dos adversários se dá desde a ocupação coletiva das terras até as estratégias de trabalho coletivo, que facilitam a obtenção de recursos para o cultivo. Andrade também aponta para esse tipo de entendimento. Segundo a autora "A valorização do coletivo pode ser interpretada como possibilidade de enfrentamento do adversário, institucionalizado na esfera do Estado e do Mercado. As demandas mais imediatas como crédito, políticas agrícolas para o pequeno produtor, comercialização, constituem-se no foco das relações entre os oponentes" (ANDRADE, 1998, p. 78).

No que se refere à ambigüidade presente no discurso referente ao governo, Toninho, 33anos, natural do Paraná e casado com Juciane, demonstra esta situação. Em seu caso, observamos que ele unifica, como se fossem uma única e mesma personagem, latifundiários e governo. Essa amálgama derivada da fusão de latifundiários e governo é identificada por ele como sendo a

grande adversária e responsável por não haver reforma agrária no Brasil: "É que a maioria dos governo hoje são latifundiários, são fazendeiros. Então eles acham impossível fazer, é [...] dá um prosseguimento para a reforma agrária por causa deles mesmos que são latifundiários". Para ele, o fato de serem governo e latifundiários gera conflito entre seus interesses pessoais e os interesses da coletividade que eles governam. Como o poder está na mão dos governantes-latifundiários, a única possibilidade de se conseguir que a reforma agrária continue avançando é "[...] a união do povo. Sem luta nós não vamos conseguir terra nenhuma".

Como Toninho já participou de alguns cursos e congressos do MST, vemos que algumas das posições político-ideológicas do movimento são apropriadas por ele na hora de construir seu discurso. Assim, ainda que não tenha tão clara a complexidade das relações políticas que envolvem as disputas entre os adversários e seu grupo de pertença, Toninho bem sabe que um dos principais motivos das injustiças e da pobreza "[...] está na luta de classe. Nós precisamos se organizá para poder enfrentar os poderosos do governo que são donos dessas terras todas".

Identificar Adversários e Interesses Antagônicos, Construir Estratégias de Ação Coletiva Críveis

Se, por um lado, é mister clarificar os interesses que estão em jogo no momento de se decidir iniciar uma luta e/ou permanecer nela, bem como identificar os distintos adversários que compõem o tabuleiro deste jogo e que se antagonizam na luta por manter ou adquirir benefícios e poder em função de demandas de manutenção/consolidação ou de mudança/transformação, por outro, encontramos os sentimentos de eficácia ou de ineficácia política construídos a respeito de pautas políticas, estratégias de ação coletiva ou mesmo sobre a relevância dos resultados obtidos das ações coletivas desenvolvidas por um movimento social.

Por Sentimentos de Eficácia e (In)Eficácia Política entendemos, como aponta Sandoval, a dimensão da consciência política que trata dos "[...] sentimentos de uma pessoa acerca de sua capacidade de intervir em uma situação política" (SANDOVAL, 2001, p. 188). Para explicar melhor esta categoria, Sandoval (2001) apóia-se na teoria da atribuição (HEWSTONE, 1989), segundo a qual a interpretação das causas e as próprias causas dos acontecimentos em que as pessoas estão envolvidas podem ser de três tipos.

No primeiro deles, encontramos eventos resultantes de forças transcendentais como tendências históricas, desastres naturais e intervenções divinas. Sujeitos que atribuem a origem social a ações dessa ordem possuem sentimentos de baixa eficácia política. Tanto mais acreditem que os eventos têm como causas forças transcendentais, mais baixo será o sentimento de eficácia política frente a ações que possam empreender a fim de transcender as forças da natureza, gerando o conformismo e reações submissas à situações de angústia social.

Um segundo lócus de origem social é o individual. Neste lócus encontramos eventos resultantes da própria determinação da pessoa e de sua capacidade de lidar com uma situação específica. Neste caso, o sujeito busca soluções individuais para situações sociais. Nos casos de conflitos sociais, o sujeito atribui as causas às ações ou a capacidades individuais na tentativa insólita de administrá-las ou resolvê-las. Caso não possuam as capacidades para lidar com a angústia social, recorrem à auto-culpabilização.

O terceiro e último lócus proposto pela teoria da atribuição está na interpretação da origem social a partir de eventos resultantes das ações de outros grupos ou indivíduos, cuja convicção em situações de angústia social são resultantes das ações de certos grupos ou indivíduos. Tal convicção permite aos sujeitos acreditar na potencialidade das ações individuais ou coletivas contra os autores da situação de angústia social como instrumentos eficazes na promoção da

mudança social e conseqüente superação da angústia social. Nesta terceira possibilidade de atribuição da origem social, encontramos os motivos que permitem ao sujeito tornar-se ator social, mudando sua própria vida e a vida dos outros.

Quando paramos para observar o conteúdo discursivo a respeito da eficácia política das estratégias e das ações do MST presente nas entrevistas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, percebemos, em alguns desses sujeitos, a consciência de que muitas vezes há situações, ações e estratégias absolutamente ineficazes e consideravelmente desmobilizadoras. Contudo, estes, como Paraguai e Rosane, têm a clareza de que eles não podem voltar atrás, que sua vida, seu investimento, está completamente comprometido com a conquista da terra e desistir significa retroceder demais. E isso lhes parece inconcebível. Mesmo depois de ter posto as suas vidas em risco, de ter sido despejado de forma violenta das ocupações pela polícia, de ter passado fome e frio incontáveis vezes, desistir é um pensamento que é rejeitado tão logo ele chega. Ao invés de desistir, melhor é buscar novos espaços para continuar na luta. O trecho que segue, extraído do depoimento de Paraguai, é significativo para ilustrar esse contexto:

E de aí eu decidi, um dia aqui eu falei pra mulié "você topa desiti do negócio e vorta nargum canto algum achá servicio, arguna coisa", né. Daí ela falô pra mim "depois disse tanto não ali [...]", até minha mulié me ajudo, né, "depois de tanta luta a gente vai dexá atrai, não dá não". Daí eu falei "Então você fica aqui na casa do teu pai e eu vou a lá, vê a lá no Estado de São Paulo. Se a lá é melhor a gente vai pra lá. Você topa?" "Eu topo." [resposta de Rosane narrada por ele]. Tá. Aí eu veio, né. Tinha dez real no meu bolso, veio aqui, paguei, gastei cinco real e comprei um cigarro alí e sobro quatro real pra mim [eu e Rosane rimos] E de aí cheguei aqui e Qua.. achei muito conhecido aqui, muito acampado [...] muito conhecido, né, muita amizade, né. E daí eu falei "vamo pra lá muié? É bom lá. Vamo mora na beira da estada, é dificultoso, não tem água; o negócio é assim, alguma vez tem servicio, alguma vez não tem, mai noi ta com esse aí mesmo, noi aguenta. Vamo? Daí ela topo "Vamo".

Um fator que nos parece interferir consideravelmente na forma com que os sentimentos de eficácia política são construídos pelo sujeito são os laços afetivos. Essa questão aparece claramente na fala de Paraguai. O fato de que no Pontal encontram-se muitos de seus amigos, os quais testemunham sobre a tranqüilidade política da região, faz com que a decisão de trocar de Estado pareça estrategicamente apropriada. Além disso, avaliação acerca da eficácia desta tranqüilidade política da região e do sucesso do movimento é, em parte, resultado de tais testemunhos.

No caso de Paraguai e Rosane, percebe-se uma postura crítica frente à luta, uma postura afirmativa. Ambos observam o MST paranaense e percebem que as estratégias do movimento não são, muitas vezes, favoráveis para o futuro das famílias acampadas, em função da política interna do movimento e da conjuntura política desfavorável vivida por este em relação ao governo de Jaime Lerner (PDT). Eles mostram-se capazes de distinguir o contexto regional – Paraná – dos demais contextos que configuram o movimento nacionalmente. Esse discernimento é válido para o modo com que eles olham para o movimento regional do Pontal. Assim, podemos explicar porque, apesar de considerarem que o movimento no Paraná estava "ruim demais" e de verem seus filhos clamarem para deixarem àquela vida de perigo e até sofrerem a humilhação e a tortura, eles não sofreram o efeito desmobilizante da situação e buscaram uma solução. A solução encontrada por eles foi transferirem-se para o Pontal depois de averiguarem o contexto vivido pelo movimento nessa região. Paraguai conta a esse respeito o seguinte:

Nois vimo la de Paraná aqui, né, no Paraná tava muito ruim demais, né, despejo [...] Passiemo siete despejo. Torturado fui na cadeia, tudo, tudo, tudo, esse aí, né, até minha famiia falá pra mim "vamo embora pai porque a polícia vai matá nois" desse jeito, né. E então a gente fico preocupado, né. Só que [...] só que a gente também não têm mai nada, não tem mai saída, né. Da onde vai í? Não têm mai nada! Né?! Só tem minha criança e minha muié. Sorte que ainda não perdi ao meno minha famiia. Mai pasei risco de perdê, viu?! Passemos risco de perde até criança.

Parece-nos que as experiências vividas pelo casal no Paraguai e no Paraná contribuíram para forjarem como que um 'espírito de luta'. Nesse sentido, Rosane, ao responder-nos como se sentiu quando viu o companheiro ser preso, mostra esse 'espírito de luta' que, para alguns, pode parecer resignação, mas que pensamos ser, na verdade, um modo sofrido de garantir a manutenção de uma luta que parece não ter fim. Rosane deu-nos a seguinte resposta: "Me deu assim um desânimo, mas eu pensei 'não adianta desanima, né, a luta é essa!' [Risinho e pausa] E segui pra frente".

Temos a impressão de que o casal tomou consciência acerca da coletividade como arma de transformação social a partir de sua história. Paraguai vê-se como que responsável não apenas por sua família, mas por todo um grupamento de famílias, vê-se como um ator e diretor da cena da luta. Em dois trechos ele ressalta esse aspecto de seu caráter. No primeiro, de modo geral, referindo-se a sua participação do Movimento Campesino Paraguai¹⁷ e, no segundo, referindo-se a sua transferência ao MST do Pontal. Vejamos:

E como falô, né, eu memo, eu memo conhoci essa luta, conhoci já lá no Paraguai. La no Paraguai nós tinha também um movimento, né, o movimento MS... MCP, Movimiento Campesino Paraguay; eu ajudava lá muito tempo. E de aí trabalhava assim na roça, ajudava o movimento e indo assim preparando pessoa, né. [...] Tán envolvido ali; até, até o pedaço que eu ganhei ali, contrui uma casinha em cima, até fico pra outro ainda. Eu deixei pra outro, di pa outro e dexei. Por isso que eu te falei: Eu tenho consciência muito limpa ali. Que podê ajuda pessoas, eu não estrago ninguém; que pode ajuda, ajudo e se não pode ajuda, dexa do lado não estrovo ninguém também.

Daí outro dia eu já preparei o siete famiia que ia vir junto. Até queria vir mais, mai só que eu não queria estragá o movimieto de a lá também né. De ai eu peguei aqueles siete familia.; cheguei aqui, né, os grupos já tá todo cheio, não sei o que, não sei o que. Fiquei sem grupo um mês. Aí depois de um meis eu falei com Ismael, Musgão, né, eu to sem grupo. Eu to meio, meio até vergonhoso ali. O cara, né, isolado é ruim. Eu nunca fiquei isolado no acampamento. Fica até ruim pra mim, né. Até vergonha eu to passando. Daí ele falô " no, no esquentar a cabeça. Não fica assim. Aí eu fiquei, né. Fiquei assim e depois de um mês eu preparei um grupo, o grupo oito. Daí preparei o grupo oito, né, entremo siete familia e daí aumento, ai indo vai indo agora tá com ternta e seis famiia. Enton, é, é assim a luta. A luta é muito bonita se o cara participá, sabê da luta ali é muito, muito bonito.

Nesse último trecho, fica claro o comprometimento de Paraguai com o movimento dos sem-terra. Mesmo ao passar por um instante de dificuldade, de desmobilização e reorganização da vida, ele busca não desagregar o MST paranaense. É como se as estratégias adotadas pelo MST no Paraná não fossem viáveis para ele e não para todo o conjunto das famílias. Fica claro também que a eficácia política de suas ações e das ações do movimento dependem da integração do sujeito no movimento e do nível de integração vivido pelo movimento. Quanto mais integrado estiver o movimento, maior será a eficácia das ações por ele desenvolvidas e maior será a identidade coletiva de seus membros.

A ausência de perspectiva de vida também é um dos elementos que garantem, de alguma forma, a manutenção do sentimento de eficácia política e a continuidade da família na luta. Ainda que, depois de tanto tempo, não tenham conseguido garantir um futuro melhor, seja porque, em um dado momento estavam por demais enfronhados na luta, seja porque a conjuntura nacional não estava propícia à realização da reforma agrária, a família de Paraguai e Rosane não vê outro caminho senão 'Seguir em frente', como disse Rosane. Continua-se na luta porque ela é 'muito, muito bonita', como falou Paraguai. A ausência de um futuro claro para eles reforça o sentimento de eficácia política que garante a perseverança deles no movimento, na luta pela terra. Em outro momento, Paraguai nos oferece respaldo a essa análise:

E a gente depois de fica assim, doze, doze año no Paraguai lá na luta, sin, sin, sin futuro nenhum; aqui no Brasil já to com tre año e poco no movimento, sim futuro ninhum, agora vo í despeja sin ninhum cobertor en cima de meu parente eu, pra mim vergonha né?! Então eu vou agüentar até o fim. Esse aí que eu falo sempre pra companhera, né.

“Agüentar até o fim” é dizer de seu orgulho pessoal, de sua luta para não fracassar, mas também é dizer do seu reconhecimento e identificação com as estratégias de ação coletiva adotadas pelo MST. Só é possível agüentar até o fim no movimento exatamente porque há uma identificação com esse coletivo e suas estratégias para superar as privações vividas por seus membros. No entanto, fica claro que cotidianamente, como aponta Agnes Heller (1998, 2001), é preciso superar um universo de dificuldades que naturalmente podem desmobilizar, provocar um sentimento de ineficácia política. Em um dado momento da entrevista Paraguai e Rosane enumeram algumas delas, aquelas que, para eles, consistem nas maiores dificuldades enfrentadas por eles no dia a dia:

Dificio lá, o negócio, negócio do acampamento é difici. Difici de ficá no acampamento, assim, de, de firme; firme tem que, tem que ter muito corage. Porque o acampamento no é fácil. Porque primero, primero é a doença, né, que tem, que noi, que noi aqui no acampamento tem, que tá com familia, né, primero é a doença. Segundo é o alimentação, né, no é fácil também porque não tem servicio, é difici. Noi tá com quatro criança e tudo quasi doente. A muié também fico muito tempo internada, ficô má de quatro meses internada, operô. Daí sufrió outro probrema de doença, foi a la se opero de novo e a gente, a gente, como eu falei prá você: na luta sim terra a gente tem que ser macho pra agüentar se não aguenta. Porque essa doença que passô toda em cima de mi, eu siem servicio, só parente me ajudando um pinguinho, pinguinho assim, mandando um troquinho pra gente e o trabaio, né, fica cuida de criança, a muié doente fica no hospital, fico tre meis internado, só internado, só internado, tre meis. Eu sozinho com criança. E ela no hospital. Tinha veis que a gente ni come no comia., né. Enton fica, fica ruim. É difícil, é dificultoso (Paraguai).

Antes era melhor assim. Porque não é facil, né a gente fica debaxo das lona. Só que a gente tá percurando prá consegui um pedaço de chão né. Pra acabá de criar os filho da gente, né porque na cidade tá difícil pra vive, né também [...]. Com quatro filho não dá prá vivê na cidade. Então é por isso que a gente tá nessa luta no movimento (Rosane).

Importa observarmos aqui que a ausência de resolução das privações relativas vividas por cada família pode deixar de ser um dado fortalecedor do sentimento de eficácia política e tornar-se um dado que fortalece seu antônimo: a ineficácia política e a conseqüente desmobilização da família no movimento. Nesse sentido, queremos recordar a seguinte nota de nosso diário de campo, segundo a qual alguns homens acampados, conversando comigo, foram unânimes ao dizer que o tempo de espera e a ausência de trabalho é um dos maiores desafios dos acampados. Entre esses homens também estava Paraguai. Assim, nós pontuamos na ocasião:

Na noite anterior à nossa primeira entrevista, encontrávamo-nos na casa de Valdir. Enquanto tomávamos chimarrão, Sabino (Paraguai), Valdir e outros apontavam como a coisa mais difícil no acampamento o tempo de espera e a falta de trabalho. Com relação ao tempo de espera, ele causa desânimo nos acampados e desacredita muitas vezes a palavra dos líderes [...] (Nota do diário de campo, fita 1, dia 21 de fevereiro de 2000).

Os acampados esperam que o movimento estabeleça estratégias para alcançarem uma condição mínima de sobrevivência nesse período – trabalho - e que lhes possibilite o início de sua nova vida na terra de seus sonhos. Esse é o caso de Márcia e Barroso.

O grande motivo que, por vezes, lhes causa desânimo, lhes coloca num contexto desmobilizante, é o tempo demandado para a aquisição da terra. A espera por decisões da liderança que os conduzam à 'terra prometida' mostra a fragmentação de suas consciências e quão incipiente é a

compreensão político-ideológica da realidade apresentada pelo casal. Ainda que eles percebam o tempo como um dos aspectos da luta que são para eles desmobilizantes, não conseguem captar o significado desses aspectos no processo da luta. Isso equivale a uma configuração fragmentária da consciência política. Apesar disso, eles perseveram porque estão convictos de que as estratégias adotadas pela liderança têm sido eficazes do ponto de vista prático, ou seja, muitas das famílias acampadas na região têm sido assentadas como resultado das estratégias adotadas pelo MST.

Outro ponto importante que podemos observar no depoimento de Barroso refere-se ao desconhecimento do projeto do movimento. Tal situação de ignorância pode produzir sentimentos de ineficácia política e provocar a desmobilização dos acampados, visto que muitas vezes pode-se atribuir ao movimento projetos que são de caráter pessoal e, muitas vezes, antagônicos àqueles defendidos pelo MST. Em seu depoimento, Barroso diz o seguinte: "[...] os projeto do MST eu acho que eu não sei quais são não. Nunca vi ninguém conversá sobre isso por aqui. Nem coordenador, nem militante, nem o Rainha [...]. Por isso é que eu acho que eu não sei. Mas eu acho que o projeto é dá terra pra todos nós".

A situação pode se agravar, caso associemos o desconhecimento das propostas do movimento com atitudes impositivas e até mesmo autoritárias, tomadas pelo movimento. Entendemos que o sentimento de eficácia política atribuído às ações e propostas do movimento decorre dos processos de identificação social, cultural e política estabelecidos entre as demandas e projetos pessoais do indivíduo e estas propostas e ações do movimento apresentadas a este indivíduo.

Assim, atitudes que não façam sentido frente à herança histórica e cultural desse indivíduo podem produzir efeitos desmobilizantes, o aparecimento de sentimentos de ineficácia política e até mesmo de injustiça. Barroso deseja exprimir seu descontentamento na medida em que observa coisas erradas, que estão em desacordo com sua história, mas acaba por calar, temendo ser punido por falta de respaldo do grupo, sendo privado de seu sonho: a terra.

Porque tem muitas coisas erradas aqui. E a gente é obrigado a concluir com aquilo. A gente vê que tá errado e é obrigado a ficar quieto. [...] Não é questão de medo. É questão que pra mexer você sabe que é uma andorinha no meio de [...] uma andorinha só não faz verão. As pessoas precisava se reunir, mas as pessoas são quase toda maioria desunido né. Pra um só pegar e [...] as vezes você vai correr atrás de um negócio sozinho, você tá no certo mas acaba vazando pro errado. É como se um acampamento. Se vim só e coloca um barracão só nessa beira de estrada aqui não vai resolver problema nenhum. Tem que ser maioria. [...] De forma geral, o coordenador do grupo fica puxando mais pessoas. É aí que se divide. Não é assim como você diz. Porque a gente tá aqui, todos estão por uma finalidade só. Se todo mundo fosse unido, seria mais bonito. E a gente conquistaria mais fácil ainda o objetivo. Do que haver essas divisão. Tem oito grupos. Então um coordenador puxa pro dele, outro pro dele, individual. Acho que se fosse todos unidos seria mais[...].

Mesmo sem concordar com todas as propostas e estratégias do movimento, Barroso continua nele porque, de alguma forma confia, reconhece o sucesso do movimento e confia que receberá cedo ou tarde seu quinhão de terra. Portanto, ainda que por vezes ele julgue que seja melhor calar, ele persevera nas fileiras do movimento, mantém-se leal a ele. Em outras palavras, os sentimentos de eficácia são mais consistentes do que os de ineficácia política.

Barroso reivindica ser mais ouvido. Ser ouvido significa ser reconhecido, valorizado. Ouvir fortalece os sentimentos de eficácia política, a identidade coletiva, a vontade de agir coletivamente e diminui os sentimentos de injustiça que podem desmobilizá-lo. Para Barroso "precisava ouvir mais". O sucesso do acampamento também está vinculado à capacidade de interação das lideranças locais com o conjunto de acampados. A falta dessa interação é simbolizada por Barroso como um sentimento de abandono, que gera a ineficácia das ações ou,

pelo menos, a morosidade na obtenção de resultados das ações propostas e efetivadas. Barroso entende que os militantes deveriam facilitar o diálogo, promover espaços de interação. O resultado dessa ação seria uma maior união, uma coesão social maior: "Quando a gente se sente livre pra falá o que pensa, a gente tem mais gosto pela coisa, fica mais unido. Eu acho que os militantes deveria ver mais isso".

Barroso propõe mudanças estratégicas para melhorar o acampamento e deixa a entender o despreparo das lideranças e a necessidade de melhor formação dos quadros do movimento. Ele afirma que "Para esse acampamento, para melhorar a situação, precisava de, primeiramente, os coordenador de militantes mais adequados chegar e procurar por alguém" pois o acampamento e os acampados "Fica um pouco meio por conta". Esse aparente descaso por parte das lideranças causa-lhe um pouco desânimo.

Desanimado, Barroso percebe as reuniões de grupo, as atividades coletivas, como um "faz de conta". Para ele seria muito bonito se a união fosse real e todos trabalhassem coletivamente. Mas não é assim que ele vê a realidade desse acampamento. Para ele,

É tudo "faz de conta". Todos fala que tá junto, mas chegou naquela parte ali cada um tá puxando farinha pro seu saquinho. É desorganizado. Eu lembro que, antigamente, você vinha nesses acampamentos todo mundo comia junto. Hoje tem pessoas aqui no acampamento que se souber que tá faltando a comida no prato do outro, às vezes não dá para ele.

A união que historicamente marcou as ações do MST desapareceu. Se antes essa união poderia ser observada através de um refeitório coletivo e uma cozinha coletiva que funcionava como espaço de socialização e fortalecimento dos vínculos identitários, agora cada um come a sua comida, feita na sua cozinha, dando espaço para o aprofundamento de posturas individualistas, que enfraquecem o coletivo. Participar do coletivo acaba sendo simplesmente um meio de superar as precariedades da vida.

Márcia e Barroso apresentam visões de mundo fragmentárias. Contudo, Barroso tem uma visão de mundo na qual conteúdos político-ideológicos emergem, por vezes, sem estarem obscurecidos por suas crenças religiosas. Diferente de sua esposa, Barroso recorre muito menos do que ela às crenças religiosas para justificar sua condição de sem-terra, se sentindo também bem mais à vontade para refletir sobre as questões mundanas da política.

Liciel destaca a transparência do movimento como sendo um dado importante para a sua permanência no Pontal. O fato de não haver "mentiras" nessa regional, é um marco significativo para Liciel. A presença da verdade na relação entre os membros do MST funciona como uma espécie de garantia de que as estratégias apresentadas pelas lideranças do MST do Pontal são aquelas que realmente serão implementadas. Certeza como essa não estava presente nas relações estabelecidas entre os dirigentes do Paraná e seus filiados. Por isso, a convicção de que "[...] no Pontal tudo é feito no claro", funciona no universo de Liciel e Edir como sendo um fortalecedor dos sentimentos de eficácia política. Observemos as colocações de Liciel:

Quando tem mentira as coisa só dão pra trás. No Paraná era assim. Um dia o governo já ia dá os título da terra e no dia seguinte a polícia já baxava pra despejá nois. Não dava pra confia no que a gente ouvia.[...] Aqui foi muito mais melhor do que lá. Por uma parte, primeira parte que o movimento pra lá convive muito com a mentira e eu acho que aqui convive com a realidade.

Podemos observar que, apesar de Liciel estar desanimado com o movimento paranaense, ele não está desapontado com o MST. Ainda que no Paraná o movimento tenha assumido uma imagem de ineficaz para os acampados que lá estiveram como Liciel e Edir, Juciane e Toninho, Paraguai e Rosane, Marcos e outros, o MST ainda é reconhecido como um movimento capaz de alcançar seus

objetivos. É por isso que o MST do Pontal surge como uma opção viável, que inspira reconhecimento e eficácia política.

O Papel Formador no Processo de Construção da Consciência Política

A partir dos dados analisados nas duas sessões deste artigo, podemos observar que uma questão importante no processo de construção da consciência política é a re-socialização contínua, construída durante as práticas da vida, as quais são dadas cotidianamente e surgem segundo as oportunidades psicopolíticas ao dispor de cada sujeito. E essa questão em sociedades democráticas pode ser observada e construída mediante práticas como o diálogo e a escuta. E, no caso do MST, parece-nos nevrálgica a implementação e administração destes recursos psicopolíticos, dessas práticas no acampamento por parte dos líderes em relação à base. A inexistência de canais limpos de comunicação entre as partes acaba produzindo, por vezes, uma adesão falsificada às ações coletivas, à ideologia que movimenta o MST (SILVA, 2002a).

A questão da comunicação, a nosso ver, não tem implicações que atingem apenas a dimensão volitiva da mobilização política e social dos sujeitos, ela traz implicações que consideramos graves a todas as dimensões da consciência. Como já apontou Andrade (1998) nesse sentido, a consciência política é 'despertada' mediante oportunidades de comunicação, diálogo, e interação, visto que "o espaço comunicativo é o lugar de receber informações, refletir sobre as histórias de vida e interesses enquanto categorias sociais, e partir para a ação política: no caso, a organização social na luta pela terra" (ANDRADE, 1998, p. 144).

Portanto, em relação a dimensões da consciência como crenças e valores societais (SILVA, 2002b), entendemos que diálogos truncados produzem uma maior cristalização, naturalização, e, porque não dizer, um enrijecimento dos conteúdos que informam essa dimensão. No que tange à dimensão da identidade coletiva, pensamos que, de modo geral, estaremos mais propensos a verificar processos identificatórios frágeis porque a interação entre os sujeitos encontra-se parcialmente comprometida e a adesão às pautas que organizam a ação e a manutenção do grupo não estão internalizadas por todos de forma satisfatória¹⁸.

Frente ao desenvolvimento de dimensões como sentimentos de eficácia ou ineficácia política, ou mesmo na fixação equivocada de adversários e de sentimentos antagônicos, o diálogo e a escuta podem ser determinantes. Esta determinância pode se dar na medida em que o próprio movimento e/ou suas lideranças podem ser enquadradas no grupo de adversários, opositores, pelo fato de não propiciarem a construção de canais de diálogo, de espaços psicossociais de construção e metamorfose de identidades coletivas, de transformação de crenças e valores societais ou mesmo de sentimentos de justiça e injustiça. No caso particular destes acampados do MST na região do Pontal do Paranapanema/SP, a identificação de adversários acabava restringindo-se ao plano geral sem atingir aspectos mais específicos. Adversários internos tendiam a serem sufocados devido à adesão condicionada daqueles sujeitos que tiveram uma comunicação mais ruidosa. O mesmo vale para os sentimentos antagônicos vividos no plano interno. O fato de ingressar no movimento não significa aderir às pautas que organizam o movimento. Entretanto, a questão da não adesão ou da adesão parcial ao projeto do MST é pouco trabalhada no movimento pelo fato de, no nosso entender, a exposição das contradições poder gerar situações de mal estar e até prejuízos aos sujeitos que tenham essa postura e ao próprio movimento, que fica fragilizado. Isso acaba por regular e maquiagem, deformar os antagonismos existentes nas relações intra e inter-grupais.

Aspectos como a eficácia política também ficam prejudicados, já que ela também depende da identificação e adesão de cada sujeito às proposições e estratégias adotadas pelo grupo. A ausência de diálogo põe em cheque a credibilidade das estratégias adotadas pelo grupo. O diálogo

parece garantir o discurso democrático do movimento e fazer frente às acusações de práticas autoritárias. Aliás, a ausência do diálogo e de modo especial de um diálogo fluido colaboram imensamente para o surgimento de sentimentos de injustiça no coração do grupo, minando as demais dimensões da consciência, pondo em cheque o sucesso das estratégias adotadas com vistas a lograr sucesso na obtenção das metas coletivas e, portanto, favorecendo o aparecimento de sentimentos de ineficácia política e a conseqüente resistência às proposições do movimento. Parece-nos claro que, sem o uso destes recursos psicopolíticos, provavelmente se acirrarão os interesses antagônicos existentes entre lideranças e base, entre os âmbitos individual e coletivo e, assim, promover um processo fragmentador e desmobilizador do movimento.

Tendo em vista as colocações que acabamos de fazer, apresentamos agora um trecho que, apesar de longo, pode nos mostrar a gravidade da questão que ora discutimos. O trecho que segue foi extraído do depoimento de Barroso. Vejamos:

A: Você acha que nas reuniões o pessoal fala o que pensa.

B: Acho que tem até gente que às vezes tem vontade de trocar, mas aí é aquele negócio. Não quer mexer. Porque tem muitas coisas erradas aqui. E a gente é obrigado a concluir com aquilo. A gente vê que tá errado e é obrigado a ficar quieto.

A: Por que ficar quieto? Medo de quê?

B: Não é questão de medo. É questão que pra mexer você sabe que é uma andorinha no meio de [...] uma andorinha só não faz verão. As pessoas precisava se reunir, mas as pessoas são quase toda maioria desunido né. Pra um só pegar e [...] as vezes você vai correr atrás de um negócio sozinho, você tá no certo mas acaba vazando pro errado. É como se um acampamento. Se vim só e coloca um barraquinho só nessa beira de estrada aqui não vai resolver problema nenhum. Tem que ser maioria.

A: Então parece que tem pouco espaço para diálogo, para ouvir, no acampamento as pessoas são pouco ouvidas?

B: É. Precisava ouvir mais.

A: Quem precisava ouvir?

B: Para esse acampamento, para melhorar a situação, precisava de, primeiramente, os coordenador de militantes mais adequados chegar e procurar por alguém.

A: Qual a maior falha do MST na relação de cuidar dos acampamentos?

B: Fica um pouco meio por conta.

A: O acampamento anda meio aos trancos e barrancos?

B: É.

A: Você acha que a família é um lugar que é trabalhado ou o MST usa como um jeito de contar com o número de pessoas?

B: Para mim tem.

A: Mas o MST trabalha o valor e a importância da família?

B: É pouco mexido, mas existe sim.

A: Se trabalhasse mais, você acha que ajudaria?

B: Com certeza.

A: A ausência de diálogo é só entre os militantes de forma geral ou dentro do acampamento também falta?

B: Ah, dentro também.

A: Existe diálogo entre os grupos?

B: Acho que não. De forma geral, o coordenador do grupo fica puxando mais pessoas. É aí que se divide. Não é assim como você diz. Porque a gente tá aqui, todos estão por uma finalidade só. Se todo mundo fosse unido, seria mais bonito. E a gente conquistaria mais fácil ainda o objetivo. Do que haver essas divisões. Tem oito grupos. Então um coordenador puxa pro dele, outro pro dele, individual. Acho que se fosse todos unidos seria mais [...]

A: Você acha que as reuniões são "faz de conta"?

B: É. Tudo "faz de conta". Todo fala que tá junto, mas chegou naquela parte ali cada um tá puxando farinha pro seu saquinho. É desorganizado. Eu lembro que, antigamente, você vinha nesses acampamentos todo mundo comia junto. Hoje tem pessoas aqui no acampamento que se

souber que tá faltando a comida no prato do outro, às vezes não dá para ele. E eu não tô dizendo isso para dizer que eu sou melhor do que todo mundo. Tem uma parte na Bíblia que Deus fala "Dê a esmola com a sua mão direita sem que a sua mão esquerda possa vê". Mas eu já fiz isso muito aqui. Já fiz não. Eu não fiz nada. Deus que me deu e eu comparti com quem precisava. Mas já cheguei aqui, saber de pessoas que estão necessitadas e eu pegar meu carro, às vezes eu não ter dinheiro para fazer as compras para a pessoa mas eu comprar uma parte e sair pedindo para os meus amigos o resto das coisas para poder completar uma cesta para dar para as pessoas aqui em baixo. Tô dizendo pra dizer que eu não sou melhor do que ninguém. Porque hoje ou amanhã pode faltar na minha também e alguém fazer isso por mim também. E se fosse assim era mais legal. [...]

A: Quem deveria facilitar o diálogo?

B: Eu acho que os militantes.

Expressões como "E a gente é obrigado a concluir com aquilo. A gente vê que tá errado e é obrigado a ficar quieto" revelam que as possibilidades de livre expressão estão, por vezes, comprometidas, bem como o uso do diálogo como instrumento de formação e socialização política. Ela revela também a dicotomia presente no discurso de muitos acampados e que se faz visível em falas como as de Liciel que, como muitos, afirma que no movimento não há a figura do líder porque todos são iguais e a luta é de todos. Liciel disse o seguinte:

L - Olha, dos líderes da região eu vou te falar bem a verdade. Eu ali acho que líder [...] não tem líder. Eu acho que todos nós é líder.

A - Todos nós quem?

L - Todos nós que lutamos pela terra são líder. Porque nós não tem líder nem chefe. Quem tem chefe é índio, que já acha que todos são iguais. [...] Porque todos nós? Porque é todo nós que tamo lutando pela terra. "Ah, não tem líder, não tem chefe? Não rapaz, quem tem chefe é índio. Nós não somos índio. Nós tamo lutando pela nossa terra."

A - E como é que faz sem líder pra decidir? Por exemplo, no caso dessa menina que foi embora, quem determina, quem decide isso?

L - Não, isso daí quem decide principalmente é o povão né? Que vê a realidade.

Como se pode notar, Liciel atribui ao povo a capacidade decisória. Tal capacidade decisória, visão da verdade, é construída nas assembleias, nas quais todos se tornam iguais através do exercício cidadão do voto. A figura da liderança é rechaçada por Liciel pelo fato de significar a supressão da liberdade de decidir a própria história. O líder assume o lugar da autoridade inquestionável, da lei que não pode ser desrespeitada. A imagem do chefe indígena que decide o destino da tribo figura no imaginário de Liciel através desse dito popular 'quem tem chefe é índio'. Para Liciel, as decisões tomadas em coletivo dispensam figuras como os líderes. Decidir em coletivo, usar da palavra e debater as questões que dizem respeito a ele, a sua família e ao seu grupo de pertença significa assumir pessoalmente a responsabilidade de seu destino e do destino da coletividade.

Portanto, podemos perceber que, com relação às dimensões da vontade de agir coletivamente¹⁹, da eficácia política e da identificação de adversários e de sentimentos antagônicos, estão presentes dois importantes aspectos: o comprometimento dos sujeitos com relação às ações coletivas propostas e a avaliação por parte desses sujeitos dos fatores situacionais da ação coletiva. No primeiro aspecto, percebemos que os sujeitos procuram familiarizar-se com as propostas de ação coletiva e também verificar como esta nova proposição se relaciona com as suas outras experiências em ações coletivas. Isso significa que o sujeito necessita, antes de aderir à proposta, avaliar a operação e os instrumentos dessa ação coletiva do ponto de vista da eficácia da ação, bem como a necessidade dele participar para que a meta seja alcançada satisfatoriamente. Por fim, consultar outros membros do grupo, para certificar-se de que sua decisão de aderir à ação não é equivocada, também pode ser uma das estratégias presentes e determinantes da consolidação da volição do sujeito.

Em relação ao segundo aspecto, vale observar que os tipos de interesses e o grau de antagonismo presentes entre o grupo de pertença e o grupo dos outros é avaliado pelo sujeito na hora de garantir sua adesão à ação coletiva proposta. Assim, pesar as relações de poder entre o seu grupo de pertença e o grupo de seus adversários, bem como o grau de legitimidade atribuída a essas relações, ocupa um lugar importante na definição, por parte do sujeito, de sua vontade de agir coletivamente. Assim nos parece porque pesar essas relações implica avaliar os custos e os benefícios intra e intergrupais decorrentes dessa participação.

Finalizando...

Parece-me que, para finalizar este texto, convém antes ponderarmos que os estudos sobre os processos de formação da consciência política a partir de uma abordagem psicopolítica são escassos. Todavia, este tipo de estudo tem muito por fazer, sobretudo por haver poucos estudos psicossociais e mais especificamente psicopolíticos no campo dos movimentos sociais. Certamente, seria conveniente que a Psicologia Social, enquanto campo de estudo, se dedicasse mais a analisar os fenômenos recorrentes nos movimentos sociais.

Como procuramos demonstrar nestas páginas, para que se possa compreender os processos psicossociais e psicopolíticos que nos permitem entender por que razões os sujeitos decidem-se por participar ou não de movimentos sociais e/ou de ações coletivas, é preciso levar em conta uma série de aspectos psicossociológicos, que se articulam de maneiras diversas, dependendo de como se estejam dispostas as dinâmicas internas e externas da vida cotidiana de cada indivíduo. Dessa forma, as dimensões da consciência política se articulam de distintas formas e assumem múltiplas possibilidades de complexidades. Neste texto, enfatizamos as articulações possíveis existentes entre duas, das sete dimensões da consciência política propostas por Sandoval, a saber: Interesses Antagônicos e Adversários e Eficácia Política. Estas articulações foram propostas aqui segundo nossa compreensão dos processos cotidianos vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras sem terra e de como estas dimensões se apresentavam em suas lógicas cotidianas.

Do ponto de vista da Psicologia Política, parece-nos oportuno dizer que o deslindar das fronteiras existentes entre os distintos conteúdos que compõem cada uma dessas dimensões é um passo importante para a obtenção de maiores complexidades de consciência política. E neste universo de possibilidades múltiplas, destacamos que, para compreendermos os movimentos de cada sujeito e grupos sociais em relação aos motivos que levam as pessoas a participarem ou não de uma ação coletiva ou de um movimento social, é importante observarmos de que forma estes grupos e indivíduos compreendem os jogos de poder presentes na proposição de interesses e os antagonismos existentes entre os interesses dos outros e os seus próprios. Também é importante observarmos como estes sujeitos e grupos percebem as possibilidades que têm ao seu dispor para efetivar suas demandas e os custos desse processo.

Nesse jogo de complexidades, emergem consciências plurais, de distintas configurações, nas quais os movimentos sociais, como é o caso do MST, são compreendidos como meio de obtenção de demandas particulares. Quando o sujeito percebe o movimento com essa ponte entre ele e a terra, por exemplo, observamos a emergência da tensão terra para si X terra para todos, a qual pode ser uma das materializações das tensões entre o individual e coletivo. Quando isso ocorre no interior do movimento social, encontramos formas de consciência que tendem a uma visão de mundo ambígua, que oscila entre a mudança e a mobilidade social. Portanto, quando os interesses particulares encontram-se ameaçados, o adversário, com maior relevo, pode ser o companheiro de luta, alguma liderança ou mesmo o movimento como um todo. Nesse quadro, os latifundiários, o governo, a polícia etc., podem perder visibilidade e com isso ganham força frente ao movimento, enquanto este se fragiliza e, por vezes, se fragmenta ao ponto de surgir um outro movimento que, ao invés de aglutinar forças, rivalizará com o primeiro.

Exatamente por questões como estas é que o diálogo ganha um sentido psicopolítico importante. É através de práticas sociais, mediatizadas pelo diálogo, que se pode muitas vezes trabalhar as tensões próprias das demandas particulares e coletivas. É através destas práticas sociais mediatizadas que se pode encontrar uma possibilidade de ação que contemple interesses, os quais poderiam ser mais que conflitivos; poderiam ser antagônicos, inegociáveis. Caso eles cheguem a esse extremo, tais antagonismos acabariam por fragilizar o movimento como um todo, provocando desmobilização social e política, propiciando o aparecimento de sentimentos de ineficácia e de injustiça. Com isso, queremos dizer que, devido ao fato de encontrarmos em movimentos sociais uma vasta pluralidade de configurações de consciência política, convém que os dirigentes desses movimentos tenham presente o fato de que, quanto mais deslindadas estiverem as fronteiras entre cada dimensão da consciência política, mais complexo se torna o quadro psico-sócio-político a ser administrado. Neste contexto, os recursos políticos a serem mobilizados são mais amplos e, da mesma forma, também serão mais amplas as possibilidades de antagonismos entre os conteúdos particulares e gerais assumidos por sujeitos particulares e coletivos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. R. de O. **A formação da consciência dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do Movimento Sem Terra**. 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ANSARA, S. Memória coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo v.1, n.2, p. 29-52, 2000.

HELLER, A. **La revolucion de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1998.

_____. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HEWSTONE, M. **Causal attribution: from cognitive process to collective beliefs**. Londres: Basil Blackwell, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-74.

_____. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.1, n.1, p. 173-195. 2001.

SILVA, A. S. da. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Revista Interações**, São Paulo, v.6, n.12, p.69-90, jul/dez 2001.

_____. **Acampados no "Carlos Marighella": um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema** - SP. 2002. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo.

_____. O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. **Revista Interações**, São Paulo, v.7, n. 14, p. 69-90, jul/dez 2002.

_____. Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.3, n. 5, p.55 – 88, jul/dez 2003.

_____. Los sentimientos de injusticia y la voluntad de actuar colectivamente en la construcción de la conciencia política de trabajadores (as) rurales sin tierra. **Resonancias**, Santiago do Chile, v.1, n.1, p. 153-167, jan/jul 2005.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. v. I. Lisboa: Horizontes, 1982. [London: Cambridge University Press, 1981].

_____. **Grupos Humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. v. II. Lisboa: Horizontes, 1983. [London: Cambridge University Press, 1981].

TOURAINÉ, Alain. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

Endereço para correspondência

E-mail: alessoares@usp.br

Recebido em: 15/09/2005

Aceito para publicação em: 28/11/2006

Notas

* Filósofo pela PUC MINAS, Mestre e Doutor em Psicologia Social pela PUC São Paulo.

¹ Para Valdeni Terezinha Soares da Silva e Maria de Lima Salum Moraes;

² Norte-americano radicado no Brasil desde 1976 e que atualmente é Professor na Universidade Estadual de Campinas e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Para melhores esclarecimentos do que seja a consciência política, recomendamos a leitura de Sandoval (1994, 2001) e de Silva (2001, 2002a, 2002b e 2005), pois, neste texto, nosso objetivo é aprofundar apenas duas destas dimensões e não o conjunto do modelo.

⁴ Vale dizer aqui, que consciência política não é outro nome para o conceito de consciência de classe. São conceitos distintos analisados em outros textos indicados neste artigo.

⁵ Quanto à revisão bibliográfica sobre o MST em São Paulo, infelizmente, existem poucos estudos do ponto de vista da Psicologia Social, quase todos sobre assentados e não sobre acampados. A esse respeito publicamos em 2003 um artigo no qual realizamos uma importante revisão e análise dos estudos feitos na perspectiva psicossocial. Caso o leitor necessite aprofundar-se mais no tema, indicamos a leitura de Silva (2003).

⁶ Em seu livro *Grupos Humanos e Categorias Sociais: um estudo psicossocial* (1982 e 1983), Tajfel nos demonstra que a diferenciação entre grupos sociais não pode ser entendida apenas em termos econômicos, são necessárias outras formas de análise para que se alcance um entendimento adequado dessa problemática. Para o autor articular a estrutura das relações objetivas entre grupos com alguns processos psicossociais específicos constitui um caminho para

que se logre sucesso nessa empreitada. Nessa linha, Tajfel propõe que as condições socioeconômicas que levam grupos a rivalizarem para conquistar os mais diversos benefícios objetivos podem estar vinculados a certas idéias depreciativas difundidas a respeito do grupo rival e internalizadas pelo grupo que se rivaliza. Assim, podemos lançar mão da noção de estereótipos sociais proposta pelo autor. A existência desses estereótipos sociais são a prova concreta de que os processos psicossociológicos contribuem para a construção e entendimento de situações intergrupos objetivas. Aprofundando essa perspectiva, Sandoval complexifica esse esquema, articulando-o a outros aspectos, dimensões, que permitem a construção de diferentes complexidades de consciência, determinadas pela capacidade do indivíduo deslindar os conteúdos de cada dimensão da consciência política.

⁷ Segundo Heller o cotidiano é o espaço privilegiado da alienação e de anulação do sujeito. Nas palavras da autora: "Assim pois, para o homem médio a consciência humana, é dizer, sua especificidade enquanto membro de uma espécie, passa ao mesmo tempo a converter-se, por obra da alienação, em um meio que lhe arrebatava sua própria essência genérica, na medida em que dita alienação reduz sua essência a mero instrumento de sua existência. Este é, justamente, o indivíduo particular alienado. O objetivo do indivíduo particular é a auto-conservação; o indivíduo se identifica assim de maneira espontânea com o sistema de hábitos e exigências que permitem sua auto-conservação, que fazem de sua vida algo mais 'cômodo' e ausente de conflitos possíveis" (HELLER, 1998, p. 12).

⁸ A grafia de Mariguela não corresponde à realidade deste revolucionário e sim ao modo com que os sem terra escreviam o nome do acampamento.

⁹ Sobre esta dimensão específica da consciência política, ver Silva (2003).

¹⁰ Rosane nasceu no Paraná em 1973, é casada com Paraguai, tem 4 filhos e não chegou a frequentar a escola.

¹¹ Andrade quando discute a construção do caderno de fotografias, registra o seguinte a esse respeito: "Assim, uma das imagens de maior impacto, selecionadas também do acervo, foi a da representação do desejo: pertences dos trabalhadores jogados ao chão de terra, dando idéia de violência e destruição provocadas pela polícia militar. A violência também expressa nas palavras "sede de justiça", assume aqui o sentido da dominação através do poder das armas à serviço da lei. Os trabalhadores respondem, com orações e uma postura pacífica, à ação violenta da polícia militar. A destruição dos bens materiais, como os barracos do acampamento, não é suficiente para destruir a identidade coletiva, nem a união ou o sentimento de pertencimento ao grupo. (...) A "união para a luta" significa, para o grupo, a ideologia que permeia a consciência dos trabalhadores e os impele a dar outros passos, resistindo às pressões e ações intimistas por parte da ação policial" (Andrade, 1998, p. 75-6).

¹² A expressão transformação social encontra-se em itálico neste trecho porque entendemos que o Estado brasileiro, hoje comandado por FHC, propõe realizar uma reforma social - nos moldes do neoliberalismo - e não uma transformação social, uma transformação nas injustas relações sociais vigentes. Assim, as vezes que o presidente Cardoso fala em transformação, entendemos que esteja falando em reforma e utilizando incorretamente o termo, visto que ele tem significado diferente daquele com o qual é aplicado. Também entendemos que essa observação seja importante para que o projeto de transformação social do MST seja resguardado e não confundido com as propostas do Estado neoliberal brasileiro. Ainda que possa ser óbvio, ressaltamos o antagonismo que marca e separa as duas propostas.

¹³ Paraguai é esposo de Rosane, nasceu no Brasil em 1969 e foi criado no Paraguai.

¹⁴ Liciel tem 39 anos e vive com Edir, 31 anos, sua segunda mulher, há onze anos. Ele tem duas filhas do primeiro casamento que vivem com a avó no Paraguai e com Edir teve quatro filhos. Liciel não frequentou a escola, mas sabe ler e escrever. Como Liciel, Edir também teve outro casamento e teve outros dois filhos. Apenas um continua vivo e mora com a avó no Paraguai. Ela estudou até a segunda série fundamental.

¹⁵ Tereza, 39 anos, natural do Paraná, estudou até a 5^o série do ensino fundamental e é casada com Osmar há 19 anos. Osmar, 44 anos, paranaense e, como a esposa, também estudou até a 5^o série do ensino fundamental. Flávio é o filho mais velho, é paranaense, tem 18 anos e estudou até a oitava série do ensino fundamental. Fagner tem 17 anos e é natural do Mato Grosso do Sul. Ele cursava o 1^o ano do ensino médio. Cleverton, natural do Mato Grosso do Sul, tem 14 anos e estudava na 5^o série do ensino fundamental. Por fim, o caçula Osmarzinho, 12 anos e estudava a 4^a série do ensino fundamental.

¹⁶ Ver Sandoval (1994), texto no qual o autor debate uma possibilidade de tipologia para o entendimento das distintas complexidades da consciência política. Neste texto, o autor trabalha com as possibilidades de se construir complexidades de consciências, sendo estas do tipo Senso Comum, Populista, conflito e Revolucionária.

¹⁷ A família de Rosane e Paraguai já milita em movimentos agrários há 12 anos. Sua militância teve início no Paraguai no Movimiento Campesino Paraguayo – MCP. O MCP é como que a versão paraguaia do MST brasileiro.

¹⁸ Ver Silva (2002 a), capítulo V.

¹⁹ Para maiores detalhes, ver Silva (2002 a), capítulos III e V.